

Fernando Galvão

teoria do crime
da pessoa jurídica

2ª edição





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Fernando A. N. Galvão da Rocha

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Letícia Robini
(Imagem de Bantersnap, por Unsplash)

Diagramação Letícia Robini

Catálogo na Publicação (CIP)

G182 Galvão, Fernando
Teoria do crime da pessoa jurídica / Fernando Galvão. - 2. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
256 p.

ISBN 978-65-5589-261-1

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDDir: 341.5

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



1. Introdução	11
2. Imputação de responsabilidade à pessoa jurídica	21
2.1. Modelos de heterorresponsabilidade.....	24
2.1.1. Modelo de responsabilidade vicarial.....	25
2.1.2. Modelo de responsabilidade por identificação.....	30
2.1.3. Críticas.....	31
2.2. Modelos de autorresponsabilidade.....	35
2.2.1. Referenciais argumentativos.....	36
2.2.1.1. Teoria do crime como teoria de imputação de responsabilidade.....	37
2.2.1.2. Defeito de organização.....	39
2.2.1.3. Ato de conexão.....	42
2.2.1.4. Domínio da organização	46
2.2.1.5. Dupla imputação.....	47
2.3. Críticas.....	49
2.4. Modelos mistos.....	52
2.5. Críticas.....	53

3. Modelo brasileiro de imputação	55
3.1. Responsabilidade por crimes ambientais.....	56
3.2. Pessoas jurídicas que podem ser responsabilizadas.....	64
3.3. Crimes que permitem a responsabilização da pessoa jurídica.....	66
3.4. Requisitos para a responsabilização penal da pessoa jurídica.....	68
3.5. Modelo de heterorresponsabilidade.....	70
4. Proposta de novo Código Penal	73
4.1. Esforços para o combate à corrupção.....	73
4.2. Esforços para o combate à lavagem de dinheiro.....	75
4.3. Esforços para o controle dos riscos inerentes ao sistema financeiro.....	80
4.4. Projeto de Lei do Senado 236/2012.....	86
4.4.1. Pessoas jurídicas que poderão ser responsabilizadas.....	87
4.4.2. Crimes que passariam a permitir a responsabilização da pessoa jurídica.....	88
4.4.3. Requisitos para a responsabilização da pessoa jurídica.....	89
4.4.4. Modelo de heterorresponsabilidade.....	91
5. Teoria do crime da pessoa jurídica	93
5.1. Incapacidade de ação.....	94
5.2. Incapacidade de culpabilidade.....	98
5.3. Modelo da ação institucional.....	102
5.3.1. Tipicidade.....	103
5.3.1.1. Tentativa.....	107

5.3.2. Ilicitude.....	107
5.3.3. Culpabilidade.....	110
5.3.4. Responsabilidade social.....	110
5.3.5. Concurso de pessoas.....	113
5.3.6. Direito positivo.....	115
5.4. Modelo da ação significativa.....	118
5.4.1. Pretensão de relevância.....	120
5.4.2. Pretensão de ilicitude.....	122
5.4.3. Pretensão de reprovação.....	125
5.4.4. Direito positivo.....	126
5.5. Modelo construtivista.....	129
5.5.1. Injusto empresarial.....	132
5.5.2. Culpabilidade empresarial.....	134
5.5.3. Direito positivo.....	135
5.6. Modelo de Alamiro V. Salvador Netto.....	137
5.6.1. Ação penal.....	138
5.6.2. Injusto empresarial.....	139
5.6.3. Culpabilidade empresarial.....	142
5.6.4. Direito positivo.....	143
5.7. Sistema legal de autorresponsabilidade.....	144

6. Programa de integridade e responsabilidade penal da pessoa jurídica..... 147

6.1. Programa de integridade.....	150
6.1.1. Expressão dos valores institucionais	153
6.1.2. Elementos essenciais de um programa de integridade.....	155

6.1.3. Efetividade do programa de integridade.....	159
6.2. Prevenção empresarial.....	162
6.2.1. Sinceridade na instituição de medidas preventivas.....	163
6.2.2. Da coação psicológica da norma aos controles internos.....	164
6.2.3. Privatização de atividades persecutórias.....	167
6.3. Programa de integridade e responsabilidade administrativa.....	170
6.3.1. Aumento da responsabilidade.....	172
6.3.2. Diminuição da responsabilidade.....	173
6.4. Programa de integridade e responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	175
6.4.1. Insatisfação dos requisitos para a responsabilização.....	178
6.4.2. Circunstância judicial dos antecedentes.....	182
6.4.3. Atenuação da responsabilidade.....	183

7. Construindo um modelo de autorresponsabilidade penal para a pessoa jurídica 187

7.1. Responsabilidade por crime próprio.....	188
7.2. Atividade típica.....	190
7.2.1. Imputação objetiva.....	191
7.2.2. Imputação subjetiva.....	196
7.3. Justificação da atividade típica.....	202
7.4. Culpabilidade corporativa.....	207
7.5. Concurso de pessoas	213
7.6. Aplicação subsidiária das normas relativas à pessoa física.....	217

8. Proposta de positivação da teoria do crime da pessoa jurídica.....	219
--	------------

Referências.....	225
-------------------------	------------

1. Bibliográficas.....	225
------------------------	-----

2. Cinematográfica.....	245
-------------------------	-----

3. Referências do Poder Executivo.....	245
--	-----

4. Jurisprudenciais.....	247
--------------------------	-----

5. Legislativas.....	252
----------------------	-----